

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.287.454 - GO (2018/0098813-1)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : LUIZ GONZAGA SOARES GIL - GO024200
BRYAN MIOTTO E OUTRO(S) - GO031121
AGRAVANTE : ADM GRAIN RIVER SYSTEM INC
ADVOGADOS : ROVER ROCHA - GO011630
ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA FREITAS - SP166496
CHRISTIANO DE LIMA E SILVA MELO - GO021517
CELSOS UMBERTO LUCHESI - GO023694A
FLÁVIO FERREIRA PASSOS - GO024331
JULIANA VISCONTE MARTELI - SP186181
AGRAVADO : MOINHO GOIAS SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REPR. POR : MAURACY ANDRADE DE FREITAS - ADMINISTRADOR
ADVOGADOS : MURILLO MACEDO LÔBO - GO014615
ANDRÉA MACEDO LOBO - GO008013
RAMON CARMO DOS SANTOS E OUTRO(S) - GO034008
AGRAVADO : CARGILL AGRÍCOLA S A
ADVOGADOS : ROVER ROCHA - GO011630
FLÁVIO FERREIRA PASSOS - GO024331
JULIANA VISCONTE MARTELI E OUTRO(S) - SP186181
INTERES. : SANEAMENTO DE GOIAS S/A
INTERES. : COTRIJUI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL
INTERES. : JOSE RONALDO DOS SANTOS
INTERES. : JOAO PAULO ALVES DIAS
INTERES. : ALAN DA COSTA SILVA
INTERES. : MARCOS ANTONIO DA CUNHA RODRIGUES
INTERES. : ITAU UNIBANCO S.A
INTERES. : BAYER S/A
INTERES. : CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
INTERES. : CAMERA AGROALIMENTOS S.A
INTERES. : SANTOS CREDIT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO
FINANCEIRO
INTERES. : AGRORESERVAS DO BRASIL LTDA
INTERES. : FRANCO GRASSI
INTERES. : TEREZINHA SILVIA DO VALE PEROTTO
INTERES. : ANA SILVA FARIAS
INTERES. : DIONISIO PEDROSA LINS DIONISIO
INTERES. : EDER RODRIGUES DA SILVA
INTERES. : HENOCH ROCHA PAIVA
INTERES. : LEANDRO FROTA MACENO DA SILVA
INTERES. : MANOEL DALVINO DA SILVA
INTERES. : ROBERTO PEREIRA LIMA
INTERES. : ROSALUCE OLIVEIRA DE ALMEIDA

INTERES. : SEBASTIAO RODRIGUES DE MELO
INTERES. : DANIELA ALVES EVANGELISTA
INTERES. : JULIANA SOUZA E SILVA CARDOSO
INTERES. : ANDERSON FONTELES DA SILVA ARANTES
INTERES. : HUGO SPIRANDELI
INTERES. : ADELMINO LOPES
INTERES. : RICARDO COELHO QUEIROZ
INTERES. : WILKER ANTONIO FERNANDES DA SILVA

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por ADM GRAIN RIVER SYSTEM INC contra decisão que não admitiu o recurso especial manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECEBIMENTO COMO AGRAVO INTERNO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. FATO NOVO INEXISTENTE. DECISÃO RECORRIDA RATIFICADA.

1. Em razão do princípio da fungibilidade recursal, impõe-se o recebimento dos aclaratórios como se fossem agravo interno, ante a possibilidade da conversão, conforme precedentes do STJ, mormente considerando a inexistência dos requisitos insertos no artigo 535 do CPC.

2. Em se tratando de matéria a cujo respeito é dominante o entendimento no respectivo Tribunal e/ou Cortes Superiores (STF e STJ) veiculado em súmula ou jurisprudência, o Relator está autorizado com lastro no art. 557, § 1º-A do CPC prover recurso, permissividade que não implica em ofensa aos princípios do devido processo legal, unirrecorribilidade e duplo grau de jurisdição.

3. Não infirmados pela parte agravante os requisitos que embasaram a decisão recorrida, desmerece modificação o ato monocrático verberado.
AGRAVO REGIMENTAIS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

Nas razões do recurso especial, sustenta afronta aos seguintes dispositivos de lei federal:

a) arts. 165, 458, II, e 557, § 1º-A, do CPC/73 - não poderia a questão ser decidida em juízo monocrático, pois não havia entendimento consolidado acerca da matéria; e

b) arts. 7º e seguintes; art. 19; art. 49, caput e § 1º; art. 50, § 1º; art. 51; art. 59, § 2º; art. 60; art. 63; art. 83, § 1º; arts. 140, 141, 142 e 143, todos da Lei nº 11.101/2005; art. 162, § 2º; arts. 471, 472 e 473 do CPC/73; e art. 1.419 do Código Civil - a questão objeto de debate não transitou em julgado, não podendo o agravo de instrumento ter sido provido.

É o relatório.

DECIDO.

2. Quanto à tese de que a questão objeto de debate no agravo de instrumento na origem não transitou em julgado, observo que, no presente caso, a parte recorrente enumera diversos artigos de lei que supostamente teriam sofrido violação sem, no entanto, apontar de maneira clara como teria ocorrido e em que consistiriam as vulnerações alegadas.

Advirta-se que, o recurso especial não é um menu onde a parte recorrente coloca à disposição do julgador diversos dispositivos legais para que esse escolha, a seu juízo, qual deles tenha sofrido afronta.

Compete à parte recorrente indicar de forma clara e precisa qual o dispositivo legal (artigo, parágrafo, inciso, alínea) que entende ter sofrido violação e demonstrar de maneira fundamentada como teria ocorrido a apontada vulneração, sob pena de, não o fazendo, ver caracterizada argumentação deficiente a impossibilitar a compreensão exata da controvérsia, atraindo, de forma incontestada, o teor da Súmula nº 284/STF e ver negado seguimento ao seu apelo extremo.

3. Quanto aos arts. 165, 458, II, e 557, § 1º-A, do CPC/73, o entendimento do STJ é pacífico no sentido de que eventual nulidade referente ao julgamento monocrático de recurso, nos termos do art. 557 do CPC/73, é sanada com a apreciação do agravo regimental pelo respectivo órgão colegiado. Confira-se:

PROCEDIMENTO DE INTERDIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. CURADOR ESPECIAL. NOMEAÇÃO. CONFLITO DE INTERESSES. AUSÊNCIA. INTERESSES DO INTERDITANDO. GARANTIA. REPRESENTAÇÃO. FUNÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DECISÃO SINGULAR DO RELATOR (CPC, ART. 557) NULIDADE. JULGAMENTO DO COLEGIADO. INEXISTÊNCIA.

1. Eventual ofensa ao art. 557 do CPC fica superada pelo julgamento colegiado do agravo regimental interposto contra a decisão singular do Relator. Precedentes.

2. A designação de curador especial tem por pressuposto a presença do conflito de interesses entre o incapaz e seu representante legal.

3. No procedimento de interdição não requerido pelo Ministério Público, quem age em defesa do suposto incapaz é o órgão ministerial e, portanto, resguardados os interesses interditando, não se justifica a nomeação de curador especial.

4. A atuação do Ministério Público como defensor do interditando, nos casos em que não é o autor da ação, decorre da lei (CPC, art. 1182, § 1º e CC/2002, art. 1770) e se dá em defesa de direitos individuais indisponíveis, função compatível com as suas funções institucionais.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1099458/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2014, DJe 10/12/2014)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA PREVISTA NA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.073/1995

E REEDIÇÕES. CONTROVÉRSIA SOBRE A NECESSIDADE DO PREENCHIMENTO DE REQUISITOS PARA A APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA REDUZIDA. DECISÃO QUE SE FIRMA EM JURISPRUDÊNCIA ESCASSA, PORÉM DOMINANTE. VIOLAÇÃO DO ART. 557 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. PRESERVAÇÃO POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

1. A configuração de jurisprudência dominante constante do art. 557 do CPC prescinde de que todos os órgãos competentes em um mesmo Tribunal tenham proferido decisão a respeito do tema. Isso porque essa norma é inspirada nos princípios da economia processual e da razoável duração do processo, e tem por finalidade a celeridade na solução dos litígios. Assim, se o Relator conhece orientação de seu órgão colegiado, desnecessário submeter-lhe, sempre e reiteradamente, a mesma controvérsia.

2. A eventual nulidade da decisão monocrática calcada no artigo 557 do CPC fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental.

3. A Medida Provisória n. 1.073/1995, sucessivamente reeditada (1.100/1995; 1.132/1995; 1.165/1995; e 1.200/1995), em seu art. 1º, procedeu à redução da alíquota do imposto de importação para 2%, com relação aos maquinários importados necessários à indústria automobilística em geral. Porém, em seu art. 15, a MP estabeleceu que o Poder Executivo deveria, por meio de regulamento, 'estabelecer os requisitos para habilitação das empresas ao tratamento a que se referem os artigos anteriores, bem como os mecanismos de controle necessários à verificação do fiel cumprimento do disposto nesta Medida Provisória'.

4. Não há, pois, à luz do art. 111 do Código Tributário Nacional, como entender que a redução da alíquota do imposto de importação não dependa do cumprimento dos requisitos legais, habilitação e/ou autorização, conforme previsão dos §§ 1º e 2º do art. 15 da MP n.

1.073/1995. Precedente: (REsp 1.449.110/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/6/2014, DJe 24/6/2014).

5. 'A redução de alíquota do Imposto de Importação, em razão de sua natureza extrafiscal, está afeta às políticas sociais e econômicas elaboradas pelo Poder Executivo, cujo mérito administrativo, conforme mezinha lição de direito administrativo, não se sujeita ao controle jurisdicional, salvo quanto à sua constitucionalidade e legalidade'. (REsp 1145540/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2010, DJe 28/10/2010) Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1372886/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 05/12/2014)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. OFENSA AOS ARTS. 535 E 557 DO CPC NÃO CARACTERIZADA. APLICAÇÃO DE MULTA ADMINISTRATIVA PELO PROCON. POSSIBILIDADE. ATUAÇÃO DA ANATEL. COMPATIBILIDADE.

Superior Tribunal de Justiça

1. O Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos.

2. A alegação de eventual nulidade em razão do recurso ter sido apreciado monocraticamente fica superada com a reapreciação da matéria pelo órgão colegiado em sede de agravo regimental.

3. O entendimento do Tribunal *a quo*, no sentido de que o PROCON tem poder de polícia para impor multas decorrentes de transgressão às regras ditadas pela Lei n.º 8.078/90, está em sintonia com a jurisprudência do STJ.

4. Ademais, conforme entendimento já registrado nesta Corte, a atuação do PROCON 'não exclui nem se confunde com o exercício da atividade regulatória setorial realizada pelas agências criadas por lei, cuja preocupação não se restringe à tutela particular do consumidor, mas abrange a execução do serviço público em seus vários aspectos, a exemplo, da continuidade e universalização do serviço, da preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e da modicidade tarifária' (REsp 1.138.591/RJ, Rel.

Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/09/2009, DJe 05/10/2009).

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1112893/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 17/10/2014)

Assim, não prospera a pretensão, nos termos da Súmula n. 83/STJ.

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo de ADM GRAIN RIVER SYSTEM INC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator